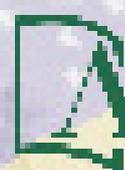


Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8 72

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

Alane Maria da Silva

Marilene Bizerra da Costa

DOI 10.22533/at.ed.6051922018

CAPÍTULO 9 83

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Renner Coelho Messias Alves

DOI 10.22533/at.ed.6051922019

CAPÍTULO 10 94

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Wellington Júnior Jorge

Izaque Pereira de Souza

Aline Evelin Fabrício Macedo

Ana Paula de Souza Santos

DOI 10.22533/at.ed.60519220110

CAPÍTULO 11 105

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

Francisco Mesquita de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60519220111

CAPÍTULO 12 117

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

Daniel Neto Francisco

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo

Lamounier Erthal Villela

DOI 10.22533/at.ed.60519220112

CAPÍTULO 13 130

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

Evânia Maria Oliveira Severiano

Maria Luiza Fernandes Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.60519220113

CAPÍTULO 14 141

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Fabrício Brito do Amaral

Maria Fernanda Brito do Amara

Deusiney Robson de Araujo Farias

DOI 10.22533/at.ed.60519220114

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i>	
<i>Odemir Vieira Baeta</i>	
<i>Theressa Cristina Marques Aquino</i>	
<i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i>	
<i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i>	
<i>Rosimeri Salotto Rocha</i>	
<i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Renner Coelho Messias Alves

Secretário Executivo da Reitoria da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Discente do Programa de Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). rennercma@gmail.com.

RESUMO: Este ensaio busca investigar os principais eventos relacionados à configuração do Estado brasileiro, cujas ações impactaram o tratamento de políticas públicas relacionadas à cultura. Para tanto, são apresentadas informações provenientes de organizações internacionais, além de instituições brasileiras, com recorte temporário de 1917 a 2017. Revelam-se, portanto, interrupções e descontinuidades das políticas culturais em razão das mudanças estatais.

PALAVRAS-CHAVE: Estado brasileiro; políticas culturais; cultural.

ABSTRACT: This essay seeks to investigate the main facts related to the Brazilian State, as they impacted in how public policies were linked to culture. Thus, some information is presented from international organizations, in addition to Brazilian institutions, with a temporary period from 1917 to 2017. Therefore, disruptions and

discontinuities of cultural policies due to state change are revealed.

KEYWORDS: Brazilian State; cultural policies; culture.

1 | A CULTURA COMO POLÍTICA PÚBLICA

A cultura, no Brasil, passou por distintas abordagens políticas nos últimos cem anos. Ora teve a finalidade de superar as diferenças e unificar a nação, conforme os preceitos da Era Vargas (BARBALHO, 2007), ora procurou respeitar cada particularidade do território nacional, revelando-se múltiplos brasis (RIBEIRO, 1995). Diante disso, esta pesquisa objetiva investigar os principais eventos relacionados à configuração do Estado brasileiro, cujas ações impactaram o tratamento de políticas públicas relacionadas à cultura.

A fim de alcançar o objetivo desta investigação, de um lado, a pesquisa perpassou por documentos que propiciaram a reunião básica de dados e informações, em organizações internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2017), para evidenciar minimamente a conjuntura global a respeito do tratamento intergovernamental atribuído à cultura. Por outro lado, a discussão considerou

a configuração do Estado brasileiro, a partir da composição de seus órgãos oficiais, como ministérios, secretarias etc.

Em razão da complexidade do tema, o recorte temporal de 1917 a 2017 visou à associação do cenário internacional aos acontecimentos nacionais. Distante de abarcar todos os fatos relacionados ao assunto, quatro principais eixos são discutidos como estratégia didática de apresentação do conteúdo: a) Divulgação das variedades culturais; b) Reforço da identidade nacional; c) Potencial comercial da cultura; d) Novos rumos. Com esse panorama, o debate perpassa pela contribuição de autores relacionados a políticas culturais e apresenta a discussão sobre os principais eventos de configuração do Estado brasileiro entorno da cultura e da identidade.

Caracterizada como complexo campo de pesquisa, a administração pública se encarrega de intermediar os interesses estatais e de seus cidadãos por meio de políticas públicas. Por isso, examinar acontecimentos históricos relacionados às políticas de fomento à cultura é uma oportunidade para melhor compreender esse campo, de modo a contribuir para o aprimoramento dos atores envolvidos na gestão de políticas públicas (RICCUCCI, 2008). Situada nos conceitos supramencionados, esta pesquisa pretende apresentar alguns dos principais fatos da administração pública brasileira acerca de políticas culturais, com ênfase temporal nos séculos XX e XXI.

2 | A CULTURA NO BRASIL NOS SÉCULOS XX E XXI

2.1 Divulgação das variedades culturais

Além de simplesmente entreter os indivíduos ao passar dos anos, as políticas culturais detêm a potencialidade de favorecer o nível de consciência dos sujeitos, ou seja, potencializar a emancipação. Assim, ao tratar da autonomia do pensamento, “o Estado encarna a cultura, a qual, por sua vez, estrutura a nossa humanidade comum” (EAGLETON, 2003, p. 18). Por isso, a autorreflexão crítica sobre a cultura (SANTOS, 2014) está associada à dimensão ética, pois o ser é primeiro homem antes de ser cidadão (EAGLETON, 2003).

Entre revoluções, revoltas e guerras, o início do século XX contou com as tentativas de unificar grupos sociais, classes trabalhadoras, enfim, pessoas reunidas sob o mesmo objetivo. Com o término da Revolução Russa e da Primeira Guerra Mundial, o cenário internacional perpassava por mudanças. Enquanto Henry Ford difundia a linha de produção industrial em grande escala, aos passos da ampliação do liberalismo econômico, o proletariado tinha sua mão de obra exaurida em longas horas de trabalho, em associação às precárias condições de vida nas cidades (HOBSBAWN, 1994).

No que tange a assuntos culturais, pouco espaço havia, uma vez que a cultura, tomada como manifestação cognoscível artística humana (GREENFELD; MALCZEWSKI, 2010), não era tratada como prioridade em meio às latentes

necessidades de sobrevivência. Ainda sobre a relação do Estado com a cultura, em 1922, em São Paulo, foi realizada a Semana de Arte Moderna, com apoio de autoridades políticas da época, como do governador do Estado de São Paulo, Washington Luís (RUBIM, 2007). Semana de 22, como ficou conhecida, contou com a presença de ilustres artistas brasileiros, a exemplo de Tarsila do Amaral, Mario de Andrade, Anita Malfatti e Oswaldo de Andrade.

Essa organização cultural promoveu a libertação cultural artística brasileira, a qual tendia a incorporar os parâmetros advindos da Europa. Em outros termos, esse movimento artístico instigava a sociedade da época a retratar a realidade brasileira de forma genuína, redescobrimo-se sua riqueza cultural (LINHARES, 1990). No cenário nacional, segundo a autora, essa ação cultural disputava a atenção dos governantes da República Café com Leite, na qual Minas Gerais (produtor de leite) e São Paulo (produtor de café) alternavam-se no poder.

Nesse sentido, até meados de 1930, a divulgação das variedades culturais dos habitantes do território brasileiro ocorreu por meio das produções intelectuais de escritores, artistas plásticos e demais representantes culturais. Sem a atenção oficial da Presidência da República para as múltiplas manifestações culturais do país, Barbalho (2007) apontou o esquecimento dessa área de política pública. No entanto, os anos seguintes foram diferentes, a partir da Era Vargas (1930-1945), a cultura recebeu atenção, sendo utilizada como estratégias para reforçar a identidade nacional.

2.2 Reforço da identidade nacional

No cenário internacional, a primeira metade do século XX foi marcada pela recuperação da crise econômica de 1929, o que ressaltou a necessidade de o Estado intervir diretamente na regulamentação e manutenção do equilíbrio comercial de sua nação. Por isso, o Presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Roosevelt, implementou a teoria keynesiana, pela qual as premissas econômicas liberais foram reduzidas diante do Estado como condutor da economia nacional (LINHARES, 1990). Ou seja, “a teoria econômica de John Maynard Keynes propõe uma deliberada atuação estatal no intento de prevenir a ocorrência dos ciclos econômicos inerentes à dinâmica de economias monetárias de produção” (TERRA; FERRARI FILHO, 2010, p. 1).

Em âmbito político, emergiram-se os governos fascistas, a exemplo da Itália, com Benito Mussolini (ADINOLFI, 2008; D’AURIA, 2014), da Alemanha, com Adolf Hitler (FAUSTO, 1998) e da Espanha, com General Francisco Franco (ABRÃO, 2010). No caso específico da Espanha, para Hobsbawm (1994), as disputas bélicas em âmbito civil renunciaram a coalisão de múltiplas frentes nacionais, compostas ora por conservadores, ora por revolucionários em busca da regeneração social. Em outros termos, predominava-se a valorização interna de cada nação, bem como a unificação de povos de mesma língua e com semelhantes traços culturais (BOUCHARD, 2003). Ainda para Bouchard (2003), a cultura nacional compõe o imaginário coletivo, produzido

por práticas discursivas difundidas por conjunto de símbolos sociais.

À época, no Brasil, as alterações estruturais no Estado brasileiro, alavancadas por Getúlio Vargas (1930-1945), favoreceram a intervenção sistemática no ramo da cultura. Para Barbalho (1998), a busca por um sentimento de brasilidade procurou reunir a população dispersa em prol de ideias comuns e de construir a imagem do homem brasileiro. Para tanto, foram construídos espaços físicos e simbólicos por meio dos quais intelectuais e artistas trabalhavam a valorização do homem brasileiro. Exemplificando-se, houve a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e de outras instituições, foi “uma série de medidas, objetivando fornecer maior institucionalidade para o setor cultural” (CALABRE, 2007, p. 88).

Transformar o popular em nacional permeou as políticas culturais disseminadas pelo Presidente da República, entre 1930 e 1945. Assim, citam-se distintos órgãos responsáveis por fomentar esse objetivo através da radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa: Instituto Nacional de Cinema Educativo (RUBIM, 2007), Serviço de Radiodifusão Educativa (RUBIM, 2007), Instituto Nacional do Livro (DECRETO-LEI Nº 93, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1937), Serviço Nacional de Teatro (DECRETO-LEI Nº 92, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1937), Departamento de Imprensa e Propaganda (DECRETO-LEI Nº 1.949, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1939), entre outros. Dessa forma, “o nacional reforça a identidade diante do que vem do exterior, enquanto o popular atua no reforço no interior do país” (BARBALHO, 2007, p. 43).

A partir dessas primeiras experiências de realização de políticas culturais, algumas prefeituras seguiram a tendência nacional. Menciona-se, como exemplo, a experiência da Prefeitura da cidade de São Paulo, ao instituir o Departamento de Cultura (1935-1938), de forma a despertar a atenção de líderes políticos para assuntos pertinentes aos bens imateriais e intangíveis relacionados à cultura brasileira (RUBIM, 2007). Gradualmente, dirigentes políticos de todo o país contribuía para a produção oficial da identidade nacional, com o objetivo de afastar a divisão popular, com riscos às relações sociais de poder oligárquico da Era Vargas (BARBALHO, 2007).

Entre outros apontamentos históricos desdobrados em políticas culturais nos anos seguintes, destacou-se o surgimento do Ministério da Educação e Cultura, em 1953, apesar de o Estado não promover ações substanciais no âmbito da cultura, segundo Calabre (2005, 2007). No entanto, a autora destacou que os assuntos culturais disputavam espaço em meio às prioridades educacionais. Mais tarde, com a instauração do regime militar, 1964, a variedade da cultura nacional é conduzida de modo a garantir a nacionalidade e a integridade de toda a nação (BARBALHO, 2007).

2.3 Potencial comercial da cultura

Os regimes militares se instalaram em diversos países da América Latina, a exemplo do Chile. Além disso, o cenário internacional também possuía os traços da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, por sua vez, a partir de 1964, os militares

conduziam a nação de forma a assegurar sua integração (BARBALHO, 2007, p. 42-43), pois esse período contou com a “continuidade ao pensamento sobre a cultura nacional, estabelecido durante o governo Vargas, mantendo certa tradição conservadora e ligando um momento ao outro”.

Baseando-se nesses preceitos, foi criado, em 1966, o Conselho Federal de Cultura (RIBEIRO, 1995; CALABRE, 2008), o qual reuniu intelectuais da época para promover a cultura unificada no País. Em conformidade com o Decreto-Lei nº 74, de 24 de novembro de 1966, esse Conselho foi

constituído, inicialmente, por 24 membros diretamente nomeados pelo Presidente da República. Internamente, o CFC era dividido em quatro câmaras: artes, letras, ciências humanas, patrimônio histórico e artístico nacional, possuindo também uma comissão de legislação e normas que funcionava como uma quinta câmara (CALABRE, 2008, p. 2).

Nesse sentido, essa política pública na área da cultura transmitiu, pelos dizeres de Barbalho (2007), o aspecto de neutralidade do governo, de responsável por manter a identidade brasileira constituída historicamente. Aliada a transformações com fins conservadores, os produtos culturais passaram a ser destacados como objetos de consumo pela população. Para tanto, a manifestação da indústria cultural no Brasil tornou-se mais evidente a partir da ampliação da radiodifusão, da edição de jornais e revistas, bem como da difusão da televisão (RUBIM; RUBIM, 2004).

Se, de um lado, o regime militar no Brasil manteve a supervisão acurada dos produtos culturais, por outro lado, o período de transição democrática foi pautado na liberdade dos agentes privados diante da cultura. Assim como Ortiz (1994), Napolitano (2001) destacou que os entraves operacionais do serviço público brasileiro no âmbito de políticas culturais, regados a censura e repressão militar, contribuíram para a escassez de recursos e investimentos nesse campo. Esse fato, de acordo com os autores, serviu de base para promover substancialmente a abertura de investimentos privados na área cultural, ao passo que o Estado se retraiu em seu papel de controlador e mediador das produções culturais da época.

Em 1975, o primeiro plano de ação governamental para políticas culturais é consolidado por meio da Política Nacional de Cultura – PNC (MALAFAIA, 2013). A brasilidade, cuja manutenção e proteção foi pretendida pelo PNC, era assegurada por intermédio do estabelecimento de “um dique ‘caracteristicamente nosso’, em condições de auxiliar a triagem de traços culturais ‘perversos’ produzidos pelo desenvolvimento urbano-industrial e de sustar a ‘imposição maciça, através dos meios de comunicação, dos valores estrangeiros’” (MICELI, 1984, p. 29).

Nesse sentido, dois principais eixos eram contemplados pelo PNC: a) patrimônio histórico e artístico, e b) patrimônio menor (MICELI, 1984). Segundo o autor, de um lado, por patrimônio histórico e artístico se referenciavam as manifestações culturais da cultura legítima, cultura de elite, atividades relacionados aos segmentos educados

da população. Por outro lado, a outra face dessa diversidade, era atribuída às práticas ou formas de expressão ligadas à cultura popular, folclórica, geralmente apreciada pelos estratos sociais desprovidos de renda, educação formal e bens materiais.

Nos anos seguintes à transição democrática, o Brasil oficializou o Ministério da Cultura, em 1985 (MINC, 2017). Essa instituição significou, para Barbalho (2005), a consolidação política da cultura no cenário nacional, de forma a introduzir esse segmento na esfera da produção mercadológica da sociedade industrial. O incentivo econômico foi legalizado a partir da expressiva Lei Sarney (LEI Nº 7.505, DE 2 DE JULHO DE 1986), atualizada pela Lei de Incentivo à Cultura, mais conhecida como Lei Rouanet (LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991).

Além disso, ao passar dos anos, diversos órgãos estatais foram criados, reestruturados e extintos, com destaque para o desmembramento ministerial entre educação e cultura. Com isso, outras referências históricas também podem ser consultadas a partir das investigações realizadas por Souza (2000), Calabre (2007) e Rubim e Barbalho (2007). Esses estudos auxiliam a compreensão de como a estratégia política neoliberal propiciou novos rumos para a promoção da cultura no País.

2.4 Novos rumos

Enquanto a comunidade internacional acompanhava o encerramento da Guerra Fria, o Brasil prosseguia com o plano de estabilização monetária (LINHARES, 1990). No início da década de 1990, o Brasil, ao lado de Argentina, Paraguai e Uruguai, passa a integrar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL, 2017). A criação de um mercado comum fomentou ações conjuntas, entre as quais, destacam-se: a) livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco; b) coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes; compromisso dos Estados Parte em harmonizar a legislação nas áreas pertinentes, a fim de fortalecer o processo de integração (MERCOSUL, 2017).

Como superar as distinções entre as nações e propiciar o progresso? Para Porter (1999),

Num mundo de competição global crescente, os países se tornaram mais, e não menos, importantes. À medida que os fundamentos da competição se deslocam cada vez mais para a criação e assimilação do conhecimento, aumenta a importância dos países. A vantagem competitiva é gerada e sustentada através de um processo altamente localizado. As diferenças nos valores nacionais, a cultura, as estruturas econômicas, as instituições e a história são fatores que contribuem para o êxito competitivo. Em todos os países constatam-se disparidades marcantes nos padrões de competitividade. Nenhum país é capaz de competir em todos e nem mesmo na maioria dos setores. Em última instância, os países obtêm êxito em determinados setores porque o ambiente doméstico é o mais progressista, dinâmico e desafiador (PORTER, 1999, p. 167).

Diante da crescente competição global, surgiram pesquisadores que enfatizaram o potencial econômico dos produtos culturais, a exemplo de Madeira (2014), ao tratar da

economia criativa. Assim, os setores criativos revelaram que as “atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social” (MINC, 2012, p. 22).

O Brasil, assim como outros países como Austrália, Reino Unido, China, Índia, África do Sul e Portugal, adotou os pressupostos da associação entre cultura e economia (MADEIRA, 2014). No caso da União Europeia, a indústria cultural foi formalizada pelos alinhamentos concedidos com a Comissão Europeia (CE, 2010, 2012). Na transição do século XX para o século XXI, as reformas administrativas (BRESSER-PEREIRA, 2014) e a busca pelo crescimento econômico dividiram a agenda política, de modo que as políticas culturais fossem retomadas mais substancialmente em meados de 2005.

Por essa visão, Andrews (2010) demonstrou a sobrecarga da estrutura do Estado brasileiro, uma expressão da configuração social de aparelhamento envolvido pelas elites políticas. Por isso, ainda são presentes os resquícios da ocupação do setor administrativo público como forma de conciliar os interesses de potenciais opositores. Com essa perspectiva, mencionam-se as ideias disseminadas por Bresser-Pereira (2014), quem versou sobre as conquistas sociais advindas por meio de concessão de direitos propiciados pelo Estado, não pela conquista popular, mais visível a partir da Era Vargas.

Ainda em alusão a Andrews (2010) e Bresser-Pereira (2014), retomam-se os pressupostos de O’Donnell (1993), já que ele registrou as diferenças existentes entre democracia representativa e democracia deliberativa. Esta se baseia na transferência total de responsabilidades, ao passo que aquela se restringe ao nível de representatividade as ações desempenhadas pelos governantes. Nota-se, portanto, que o povo ainda está distante do Estado, mas que o arranjo dessa distância permanece como uma posição relativamente confortável para ambos, até que haja mudanças graduais ao longo do tempo, caso haja um incômodo que transgrida substancialmente a comodidade do povo.

Entre as mudanças graduais, desde o início do século XX, as variedades culturais nacionais foram suprimidas em detrimento do esforço de unificação do País. Não obstante, já no século XXI, essa tradição histórica foi alterada, pois houve a criação da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, vinculada ao Ministério da Cultura (MAMBERTI, 2005), com o intuito de alinhar o país aos debates internacionais sobre política cultural e diversidade, sobretudo em parceria com a UNESCO. À época, a UNESCO editou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2005), marco para a consolidação desse olhar sobre a cultura (STENOUE, 2005).

Para potencializar a emancipação dos sujeitos, a prática cultural deveria pautar-se em pluralismo a disposição de todos os cidadãos. Por isso, os apontamentos de Eagleton (2003) expressam o quanto o *fazer* cultura está mais inerente à natureza humana que a face do ser político do cidadão, com anseio natural de tornar cognoscível a realidade e os modos de sua vida (GREENFELD; MALCZEWSKI, 2010). No entanto, no afã de

gerar lucros por meio da cultura, emerge-se o risco de menosprezar a promoção da cultura em detrimento da cultura do desenvolvimento econômico. Essa inversão de prioridades na agenda pública baseia-se em empregar estratégias mercadológicas em práticas culturais, assumindo-se mais um papel de teatralização para um público pagante que a função de propiciar ação reflexiva aos sujeitos, em conformidade com as exposições de Burity (2007). Assim, aspectos culturais não rentáveis estariam enfiados à ilegitimidade social, podendo culminar em extinção.

Posteriormente aos recentes governos (RUBIM, 2010; RUBIM; BARBALHO, CALABRE, 2015), o cenário político brasileiro do século XXI apresentou indícios de interrupção no ritmo de desenvolvimento de políticas culturais. Por ainda perdurar transições de lideranças em ministérios e demais unidades administrativas, desde 2016, a nova conjuntura carece de estudos mais acurados, os quais, certamente, se encontram em andamento. Em breve, acredita-se que surgirão contribuições para os novos rumos na condução da cultura brasileira.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar de políticas culturais e da administração pública brasileira, esta pesquisa debateu alguns dos principais acontecimentos históricos dos séculos XX e XXI. Posteriormente à apresentação sucinta da relação entre governos e políticas culturais, foi possível vislumbrar o posicionamento ainda instável da cultura diante do território brasileiro. Por vezes, as políticas culturais não foram prioridades dentro da agenda dos governantes, os quais, comumente, preocuparam-se com outras questões, a exemplo de assuntos de ordem material, de cunho financeiro. Nesse cenário, a construção da democracia, em termos culturais, ainda se encontra em aberto.

Além disso, o lugar da cultura em um país dotado de ampla variedade, no que tange às manifestações artísticas, ainda conta com a tradição brasileira de ações tardias e descontinuadas, bem como imbuídas de autoritarismo. Assim, somente em meio ao século XIX iniciaram-se alterações estruturais no Estado brasileiro mais favorável à formulação e à implementação de políticas culturais, com destaque para os recentes governos. As recentes alterações de governo presidencial, com suas consequentes mudanças de dirigentes ministeriais, ainda estão em estudo. Assim, os novos rumos das políticas culturais no Brasil estão em processo de dimensionamento, área frutífera para as investigações científicas desse campo.

Diante do exposto, acrescenta-se que a esfera administrativa brasileira, por vezes, atua de maneira descompassada com a formulação e implementação de políticas públicas. Por isso, faz-se necessário articular uma arena política em que o valor da cultura não seja reduzido à criação de renda. Ao contrário disso, espera-se que a força do Estado seja empregada a favor do pleno agir cultural, com propensão a assegurar meios de criar e propagar a variedade de culturas, independentemente do

viés de consumo mercadológico.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, J. (Org.). **Espanha: política e cultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

ADINOLFI, G. Elites ministeriais e partidos políticos na transição democrática italiana. **Estud. Hist.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 145-171, dez. 2008.

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 3. ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ANDREWS, C. **Administração pública no Brasil: breve história política**. São Paulo: Unifesp, 2010.

BARBALHO, A. **A modernização da cultura: políticas para o audiovisual nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes**. Fortaleza: UFC, 2005.

_____. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37-60.

_____. **Relações entre Estado e cultura no Brasil**. Ijuí: Unijuí, 1998.

BOTELHO, I. Teorias e políticas da cultura. In: NUSSBAUMER, G. M. (Org.). **Teorias políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador, EDUFBA, 2007. p. 171-180.

BOUCHARD, G. **Gênesis de las naciones y culturas del Nuevo Mundo** - ensayo de historia comparada. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Decreto-Lei nº 92, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Serviço Nacional de Teatro. Disponível em: <www2.camara.leg.br>. Acesso em: 14 mar. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 mar. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 1.949, de 30 de dezembro de 1939. Dispõe sobre o exercício de atividades de imprensa e propaganda no território nacional e dá outras providências. Disponível em: <www2.camara.leg.br>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 14 mar. 2017.

_____. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil: Sociedade, Economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: Editora 34, 2014.

BURITY, J. Cultura e desenvolvimento. In: NUSSBAUMER, G. M. (Org.). **Teorias políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador, EDUFBA, 2007. p. 51-66.

CALABRE, L. (Org.). **Diversidade cultural brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

_____. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-107.

COMISSÃO EUROPEIA (CE). **Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões** - promover os setores culturais e criativos ao serviço do crescimento e do emprego na UE. Bruxelas: Publications Office of the European Union, 2012.

_____. **European competitiveness report**. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2010.

D'AURIA, C. La política exterior fascista desde el 1922 hasta el 1929: la "Italia de la Entente". **InterSedes**, San José, v. 15, n. 31, p. 145-161, ago. 2014.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Tradução de Sofia Rodrigues. Lisboa: Temas e Debates – Actividades Editoriais, 2003.

FAUSTO, B. A interpretação do nazismo, na visão de Norbert Elias. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 141-152, abr. 1998.

GREENFELD, L.; MALCZEWSKI, E. Politics as a cultural phenomenon. In: LEICHT, K. T.; JENKINS, J. C. **Handbook of politics: state and society in global perspective**. New York: Springer, 2010. p. 407-422.

HOBSBAWM, E. **The age of extremes: a history of the world, 1914-1991**. Nova York: Pantheon Books, 1994.

LINHARES, M. Y. **História geral do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Elsevier, 1990.

MADEIRA, M. G. **Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2014.

MALAFAIA, W. V. Em tempos de distensão: o governo Ernesto Geisel e a política nacional de cultura (1974-1979). Seminário Internacional de Políticas Culturais, 4., Rio de Janeiro, RJ, 2013. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

MAMBERTI, S. Políticas públicas: cultura e diversidade. In: LOPES, A.; CALABRE, L. (Org.). **Diversidade cultural brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005. p. 15-18.

MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL). Saiba mais sobre o MERCOSUL. Disponível em: <www.mercosul.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2017.

MICELI, S. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. **Revista de Administração de Empresa (RAE)**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 27-31, mar. 1984.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). **Institucional**. Disponível em: <www.cultura.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

NAPOLITANO, M. **Cultura brasileira: utopia e massificação**. São Paulo: Contexto, 2001.

O'DONNELL, G. **Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais uma visão**

latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas. São Paulo. Novos Estudos CEBRAP N.º 36, julho 1993 p. 123-145.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira:** cultura brasileira e indústria cultural. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PORTER, M. E. **Competição:** estratégias competitivas essenciais. Traduzido por Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICCUCCI, N. M. The logic of inquiry in the field of public administration. In: MILLER, G. J.; YANG, K. (Eds.). **Handbook of research methods in public administration.** 2. ed. New York: M. Dekker, 2008. p. 3-10.

RUBIM, A. A. C.; RUBIM, L. Televisão e políticas culturais no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 61, p. 16-28, mar-maio. 2004.

RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula.** Salvador: EDUFBA, 2010.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs.). **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma.** Salvador: EDUFBA, 2015.

SANTOS, T. D. Theodor Adorno: uma crítica à indústria cultural. **Revista Trágica:** estudos de filosofia da iminência, v. 7, n. 2, abr.-jun. 2014, p. 25-36.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Sobre ética e economia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, M. **Fascínio e repulsa** - Estado, cultura e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

STENOUE, K. **L'UNESCO et la question de la diversité culturelle.** Paris: UNESCO, 2007.

TERRA, F. H. B.; FERRARI FILHO, F. As políticas fiscal e monetária em Keynes: reflexões para a economia brasileira no período pós-Plano Real. In: Encontro da Associação Keynesiana Brasileira (AKb), 3., São Paulo, SP, 2010. **Anais...** São Paulo: AKB, 2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Communication and Information.** Disponível em: <<http://en.unesco.org>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

_____. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.** Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

